

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 01/06/2015

- [Comissão rejeita proposta que estende seguro de vida para menores aprendizes](#)
- [Infância e Juventude lança relatório “Justiça Juvenil 2014”](#)
- [Alagoas é o 2º a realizar uma adoção homoafetiva legalmente](#)
- [Investigação sobre padres pedófilos na Austrália cria conflito no Vaticano](#)
- [Agente socioeducativa da Funase de Caruaru morre em acidente na BR-232](#)
- [Parceria entre a Childhood Brasil e o Canal Futura rende séries de vídeos sobre a exploração e o abuso sexual](#)

Assunto: Comissão rejeita proposta que estende seguro de vida para menores aprendizes

Fonte: Agência Câmara

Data: 01/06/2015



A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público rejeitou, na última quarta-feira (27), o Projeto de Lei 93/15, do deputado Adail Carneiro (PHS-CE), que torna obrigatória a concessão de seguro contra acidentes pessoais ao menor aprendiz.

O deputado argumenta que na regulamentação do estágio para estudantes e do estágio probatório de recém-empregados já consta o seguro e que a medida deve ser estendida ao menor aprendiz.

O parecer do relator, deputado Benjamin Maranhão (SD-PB), foi contrário à matéria. “Os aprendizes, como quaisquer empregados, já possuem seguro contra doenças e acidentes de trabalho, que são benefícios previdenciários, como o auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, na medida em que são trabalhadores segurados obrigatórios da Previdência Social, nos termos da Lei 8.212/91”, afirmou.



Maranhão: aprendizes já contam com benefícios previdenciários.

Tramitação

A proposta será analisada em caráter conclusivo pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Assunto: Infância e Juventude lança relatório “Justiça Juvenil 2014”

Fonte: CNJ

Data: 01/06/2015



A 2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís apresentou, nessa quarta-feira (27/5), o relatório “Justiça Juvenil em 2014: Atos Infracionais, Medidas Socioeducativas e Óbitos”. O documento apresenta os dados estatísticos dos processos distribuídos à unidade jurisdicional, da execução de medidas socioeducativas e dos óbitos de adolescentes em conflito com a lei, durante um ano. Os dados mostram que os 910 processos em

tramitação na unidade referem-se a 717 adolescentes.

Os dados foram apresentados pelo juiz titular da 2ª Vara da Infância e Juventude, José Santos Costa, em solenidade no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau). Participaram da cerimônia a presidente da Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC), Elisângela Cardoso; o secretário adjunto da Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (SEMCAS), Rodrigo Desterro; o representante da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão, Saulo de Tarso; o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Gervásio Protásio dos Santos Júnior; e o diretor do Fórum de São Luís, juiz Osmar Gomes dos Santos.

José Santos Costa disse que o relatório será elaborado anualmente. “Esse documento pretende inaugurar uma sistematização de informações que servirão para a 2ª Vara da Infância e Juventude, assim como outras entidades, para que possamos reverter o quadro de adolescentes em atos infracionais,” ressaltou o juiz.

A presidente da FUNAC parabenizou a iniciativa e a equipe da unidade jurisdicional e destacou a importância de se pensar em medidas socioeducativas de forma intersetorial, ou seja, em conjunto com as secretarias e instituições que estão diretamente ligadas à temática da criança e do adolescente.

Após a apresentação dos dados, foi realizada uma reunião com representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público e das secretarias estaduais, para encaminhamentos sobre os casos de tortura e ameaças sofridas por adolescentes relatadas perante o juiz da 2ª Vara da Infância e Juventude.

Dados – no relatório constam dados quantitativos sobre a quantidade de processos na unidade, gênero dos adolescentes em conflitos com a lei, percentuais de adolescentes que estão em liberdade assistida, que cumprem advertência, que estão em medidas socioeducativas em meio fechado (semiliberdade e internação), entre outros.

Os dados apontam que os 910 processos em tramitação na unidade referem-se a 717 adolescentes, o que significa que, às vezes, um adolescente responde por mais de um ato infracional. O documento mostra, ainda, que 90% dos adolescentes que cometem atos infracionais são do sexo masculino e 10%, do sexo feminino. E em 58% dos atos, o mais praticado é o roubo. O homicídio atinge um quantitativo bem pequeno, cerca de 3% dos casos.

Além disso, as medidas socioeducativas são determinadas para 63,73% dos atos infracionais. A advertência, uma das medidas aplicadas, é cumprida por 87% dos jovens. Outro dado apresentado foi o quantitativo de óbitos de adolescentes que tinham processos na 2ª Vara de Infância e Juventude, com o total de 29 mortes, sendo que 51,7% desses adolescentes estavam na faixa etária de 17 anos e 93,1% foram vítimas de homicídio por arma de fogo.

Assunto: Alagoas é o 2º a realizar uma adoção homoafetiva legalmente
Fonte: CNJ
Data: 01/06/2015



A vida do casal paulista Yvan Silva e Andrew Rodrigues, que escolheu Maceió como lar há cinco anos, ganhou um novo sentido com a chegada de Arthur (nome fictício), adotado em 2013 por meio do Poder Judiciário de Alagoas. O menino, que na época tinha um ano e oito meses, estava no Lar de Amparo à Criança para Adoção (Lacca) quando os novos pais o viram pela primeira vez e já o reconheceram como o filho pretendido.



"Viemos fazer uma visita à família do Andrew e decidimos que voltaríamos para montar nosso salão aqui. Estamos juntos há 11 anos e desde o início da relação pensávamos em ter um filho, ainda sem saber como isso seria possível. Em Maceió procuramos a 28ª Vara para entregar a documentação necessária e começamos a visitar alguns abrigos, a exemplo do Rubens Colaço, mas foi no Lacca que vimos nosso filho pela primeira vez, ainda aprendendo a andar, ao olharmos através da abertura da caixa de correio, em um momento único. Sabíamos que seria aquele menino", contou Yvan.

No entanto, ao procurar detalhes sobre a situação da criança, o casal foi informado que ela já estava prestes a ser adotada. "Ficamos tristes, mas continuamos visitando o local, até que soubemos que a guarda provisória do Arthur havia sido concedida a outra pessoa. Dois meses depois, ficamos sabendo por meio da Jussara, assistente social da 28ª Vara, que ele tinha sido devolvido. Foi aí que nossa esperança de adotá-lo voltou. Lembro que o Yvan falou: 'É meu filho', contou Andrew.

As visitas à criança se seguiram, até que o casal começou a conviver com ela nos finais de semana e dois meses depois recebeu a guarda provisória. "Nem acreditamos quando isso aconteceu, foi tão rápido, embora todo o processo, desde a primeira vez que o vimos, tenha durado exatamente nove meses. A guarda definitiva veio depois de um ano que estávamos com ele", destacou Yvan.

Convivência – Hoje, com quatro anos de idade, Arthur é uma criança alegre e inteligente, segundo relato dos pais, que mostram com orgulho as fotos com o filho. O preconceito, muitas vezes usado pela sociedade para justificar a não aceitação da adoção homoafetiva, não influi na vida da família.

"Ele estuda em uma escola evangélica e lá, tivemos muito apoio. Quando fomos fazer a matrícula, conversamos com a diretora, explicando a situação e ela disse que não haveria problema, pois lá havia uma criança com duas mães. Eles tentam adaptar tudo, inclusive no dia das mães o nosso filho fez duas flores azuis para nós", relatou Yvan.

Sobre a adoção, o cabeleireiro fala que, na verdade, os adotados são os pais. "A criança é que te escolhe. Adotamos por amor incondicional e não pensamos no preconceito, pois ele existe por parte de muitas pessoas acerca das relações homoafetivas e até por conta do Arthur ser negro. Ficamos felizes, pois servimos de exemplo para outros casais, que nos procuram para saber como procedemos. Dizemos ao nosso filho que ele tem dois pais e que as mulheres são as tias, explicamos essas coisas para que ele tenha uma vida normal e buscamos passar valores familiares. As pessoas que o conheceram antes da adoção diziam que ele não sorria e quando o veem agora, afirmam que ele é outra criança", disse Yvan.

Já Andrew ressalta que as alegrias e realizações que o filho trouxe compensam. "Criar é fácil, mas educar é difícil. Como pais estamos bem resolvidos e cientes da responsabilidade. O Arthur é como nosso filho biológico, foi uma gestação. Tem uma moça que ajuda a cuidar dele enquanto estamos trabalhando. Antes de adotá-lo, pesamos muitas coisas, pensamos em como seria nossa vida com uma criança, pois viajamos muito, mas fizemos a escolha certa", disse.

Procedimento – A assistente social da 28ª Vara Cível da Capital – Infância e Juventude – Jussara Pacheco explicou que o procedimento para que os casais homoafetivos se habilitem para adotar é o mesmo utilizado para casais heterossexuais e destacou a satisfação em acompanhar o processo de adoção de Arthur.

"A documentação exigida é a mesma e aqueles que desejam se habilitar devem procurar a Vara da Infância local. Quando o Yvan e Andrew adotaram o Arthur foi só felicidade, todos estavam torcendo muito para que isso acontecesse. Lembro como eles ficaram quando a guarda da criança foi dada a um outro homem, que desistiu um mês depois, alegando que não tinha condições de cuidar dela. O Arthur teve que voltar pra o abrigo onde ficou por um mês e foi muito doloroso. Antes deles ainda havia outros dois casais na fila, que não quiseram ficar com a criança, acredito que foi porque ela tinha mesmo que ser filha do Andrew e do Yvan", afirmou a assistente social.

Jussara ressaltou a sensibilidade do magistrado que, na época, realizou a adoção. "O juiz da infância sempre foi favorável a essa adoção, embora fosse uma coisa nova. As audiências foram realizadas normalmente até que saiu a guarda definitiva", contou.

Segundo a assistente social, outros casais homoafetivos têm procurado a 28ª Vara pretendendo adotar, muitas vezes, crianças com idade mais avançada ou com características físicas diferentes do perfil sugerido, a exemplo da cor da pele. Ela ressalta que esse padrão deve ser abandonado, principalmente porque não condiz com a realidade das crianças e adolescentes que estão nas entidades de acolhimento.

"Tivemos um casal de mulheres que adotou recentemente e um caso de adoção unilateral, em que a mulher quer adotar o filho da companheira. O que mais falamos no curso para adotantes é que as pessoas devem ampliar o perfil, que corresponde a meninas brancas de zero a três anos. São vidas e não dá pra brincar de casinha. Não adianta escolher demais, pois não escolhemos filhos biológicos e vivemos em um país de pessoas pardas e negras e não loiras de olhos azuis", ressaltou a assistente social.

Legislação – Em comemoração ao Dia Nacional da Adoção (25 de maio), a Corregedoria-Geral da Justiça de Alagoas, por meio da Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional (Cejai) e a Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude (CEIJ) destacam as adoções homoafetivas no Estado, que foi o segundo do país a realizar o procedimento legalmente, reafirmando que os laços familiares independem de certos preceitos sociais.

A primeira adoção feita por um casal homoafetivo ocorreu em 2005, em São Paulo, motivando vários outros casos, embora o mais comum ainda seja a adoção feita por casais heterossexuais. Para reforçar a legitimidade de tais adoções, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união homoafetiva como um núcleo familiar como qualquer outro e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) ampliou a possibilidade dos casais homossexuais adotarem.

Assunto: Investigação sobre padres pedófilos na Austrália cria conflito no Vaticano

Fonte: Jornal do Comércio de PE

Data: 01/06/2015

jornal do  commercio

Cardeal australiano se declarou disposto a comparecer ante a comissão de investigação que analisa há meses os abusos sexuais cometidos pela Igreja na Austrália nos anos 1970.



George Pell negou os fatos

O ex-líder da Igreja católica australiana George Pell ameaçou nesta segunda-feira processar um membro da comissão vaticana de proteção de menores que o acusou de querer acobertar escândalos de pedofilia em seu país.

O cardeal australiano se declarou disposto a comparecer ante a comissão de investigação que analisa há meses os abusos sexuais cometidos pela Igreja na Austrália nos anos 1970, depois que a vítima de um padre pedófilo de seu país o acusou de querer comprar seu silêncio.

Embora Pell tenha negado os fatos, Peter Saunders, membro da comissão vaticana de proteção de menores, o criticou duramente em uma entrevista divulgada no domingo pelo canal australiano Nine.

O cardeal australiano agiu com "frieza e indiferença, diria inclusive que como um sociopata", em relação às vítimas de agressões sexuais, declarou o britânico, que exigiu a renúncia do tesoureiro.

"George Pell é cardeal da Igreja e sua autoridade é, portanto, imensa no Vaticano. Seria uma enorme pedra no sapato do papa Francisco se fosse autorizado a permanecer em seu cargo", acrescentou Saunders, que foi vítima de abusos sexuais durante sua infância. "É vital que seja afastado, reenviado à Austrália e que o Papa tome as medidas mais severas contra ele", acrescentou.

A secretaria de Pell declarou em um comunicado que "o cardeal não tinha outra opção a não ser consultar seus advogados" após estas "alegações falaciosas". Suas primeiras medidas como arcebispo foram "colocar em andamento procedimentos para apresentar denúncias e realizar investigações independentes", afirma o comunicado.

A comissão de investigação australiana criada em 2013 examina agora os crimes de Gerald Ridsdale, um padre condenado por ter agredido sexualmente 50 meninos entre os anos de 1950 e 1980, em várias igrejas do Estado de Victoria, no sul da Austrália.

O religioso abusou inclusive de seu sobrinho David Risdale, que tinha 11 anos no momento do crime. Este último declarou ante a comissão que havia explicado o ocorrido a Pell, um amigo da família, em 1993. Segundo seu testemunho, o cardeal australiano lhe perguntou na época quanto custaria seu silêncio.

David Risdale também acusa Pell de ter protegido seu tio, transferindo-o várias vezes de uma igreja para outra. O tesoureiro do Vaticano negou categoricamente ter tentado comprar o silêncio da vítima, e Gerald Risdale declarou que não havia tido muito contato com Pell.

Assunto: Agente socioeducativa da Funase de Caruaru morre em acidente na BR-232

Fonte: Jornal do Comércio de PE

Data: 01/06/2015

jornal do  commercio

Outros quatro profissionais da unidade ficaram feridos.



Condutora do veículo teria perdido controle do carro, diz PRF

Uma agente da unidade da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase) morreu em um acidente na BR-232, em Bezerros, no Agreste de Pernambuco, na manhã deste domingo (31). De acordo com informações da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Rozane Maria da Silva, de 53 anos, estava com outros quatro profissionais seguindo do Recife para um plantão na Funase de Caruaru. O acidente aconteceu no quilômetro 105,2 da rodovia.

Segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF), a condutora do veículo, identificada apenas como Vitória Silva, perdeu o controle da direção do veículo, que capotou várias vezes. O percurso era feito por eles com bastante frequência.

De acordo com a assessoria de imprensa, as três mulheres e o homem que também estavam no veículo ficaram feridos e foram socorridos para o Hospital Regional do Agreste (HRA), em Caruaru. O estado de saúde deles ainda não foi divulgado. O corpo da vítima foi encaminhado ao Instituto de Medicina Legal (IML), também no município.

Assunto: Parceria entre a Childhood Brasil e o Canal Futura rende séries de vídeos sobre a exploração e o abuso sexual

Fonte: Childhood

Data: 01/06/2015



As séries “Que exploração é essa?” e “Que abuso é esse?” abordam de maneira inédita a realidade da violência sexual contra crianças e adolescentes, que atinge muitas meninas e meninos no mundo todo.

Em parceria com a Childhood Brasil – que entra com o apoio técnico ao conteúdo -, o Canal Futura criou as séries “Que exploração é essa?” (em 2009) e “Que abuso é esse?” (em 2014) para abordar o

tema: violência sexual praticada contra crianças e adolescentes.

As narrativas fazem uso da linguagem lúdica para tratar de uma das mais graves violações de direitos humanos de crianças e adolescentes, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 1990, e aprofundar os debates sobre o tema.

Os programas contam histórias com o uso de marionetes, intercaladas com depoimentos de especialistas e autoridades que falam sobre a real gravidade do problema e da importância de enfrentá-lo coletivamente, a partir da sensibilização da sociedade como um todo.

Organizações da rede de proteção também tiveram importante contribuição no apoio técnico da revisão do conteúdo.

Que exploração é essa?

Produzido pela Casa de Cinema de Porto Alegre, a série foi desenvolvida utilizando a técnica de manipulação de bonecos em cinco episódios de sete minutos, e retrata a viagem de um caminhoneiro ao lado de seu filho.

Ao percorrer as estradas brasileiras, a dupla se depara com diversas situações de exploração sexual de crianças e adolescentes como no turismo, abuso de poder, abuso online e pornografia infantil na internet, e aliciamento de crianças e adolescentes.

Saiba mais: <http://www.queexploracaoessa.org.br/>

Que abuso é esse?

Durante a semana do Dia Mundial dos Direitos Humanos, em dezembro de 2014, o Canal Futura estreou “Que Abuso é Esse?”. Com oito episódios, a série tem como protagonistas três personagens de marionetes – a professora Elvira, o agente de saúde Damião e a dona de casa Neusa.

Ao final de cada programa, informações sobre o Disque 100 são divulgadas, para estimular o seu uso e ressaltar sua importância. Esse material contou com o apoio da Fundação Vale e UNICEF.

Nos próximos dias serão publicados, no site da Childhood Brasil e em suas redes sociais, os pequenos filmes das duas séries.